

Negros fazem história

Carlos Alves Moura

A longa caminhada da militância negra brasileira — embalada pela resistência ao racismo e baseada nos valores fundamentais do ser negro — inegavelmente tem obtido consideráveis vitórias.

Inúmeros são os fatos que sugerem os avanços e conquistas em favor da comunidade negra — ainda tímidos — mas capazes de demonstrar a grande força da sociedade civil organizada, cuja ação desempenhada por movimentos negros significa imensa contribuição à causa democrática.

O 10º Encontro de Bispos, Padres e Diáconos Negros e o 1º Congresso Nacional de Entidades Negras Católicas, realizados em Limeira (SP) de 1 a 4 e de 5 a 6 do corrente, revelam aspectos importantíssimos no que se refere à questão da negritude: o real engajamento da Igreja visível à causa afro-descendente.

Integrantes da hierarquia católica discutiram, à luz do Evangelho, as dificuldades encontradas pelo negro brasileiro e apontaram soluções a serem encampadas por governo e sociedade.

Aproximadamente 800 pessoas, durante dois dias, concentraram a atenção nas demandas do movimento negro e concluíram pela urgente tomada de posição em face do quadro injusto e discriminador. Consideraram que a transformação da realidade iníqua dar-se-á com a adoção de políticas públicas voltadas para a garantia da cidadania do afro-descendente.

É bom lembrar trecho da mensagem do papa João Paulo II aos afro-ameríndios por ocasião de sua visita a São Domingos, em 1994: “Estes homens e estas mulheres foram vítimas de vergonhoso comércio, no qual tomaram parte pessoas batizadas, mas que não viveram a fé”.

Na reunião de Limeira, entre outras indicações consideradas básicas para o pleno reconhecimento da comunidade negra, destacam-se: a inculturação; o diálogo inter-religioso; o reconhecimento da propriedade definitiva aos ocupantes de terras remanescentes de quilombos; a reforma agrária; a educação com base em pedagogia interétnica; o ensino profissional e capacitação; a saúde.

Governo e sociedade vêm dando mostras de que assumiram a defesa da comunidade negra, a exemplo do excelente editorial do *Correio Braziliense* publicado no dia 27 de agosto último, onde se destaca: “A constatação de que o salário médio dos homens brancos (R\$ 881,00) é duas vezes superior ao dos negros (R\$ 423,00) desperta para o exame de causas de regras ignoradas no planejamento estratégico do país. Saídos do plano histórico marcado pela escravatura para a prolongada conquista dos direitos fundamentais da pessoa humana, a verdade é que grande parte da população negra ainda ocupa faixas marginais da sociedade”. E mais adiante completa: “É que a iníqua distribuição da renda incorpora um aspecto imoral porque tem origem significativa nos baixos ganhos do trabalho negro.”

Editorial inspirado em pesquisa do IBGE relativa ao padrão de vida do brasileiro que mostra a realidade de um segmento do país existindo à margem dos frutos do progresso do qual é partícipe pilar. Basta

verificar as posições dos afro-descendentes no contexto social, um pequeno olhar em direção às categorias de emprego e certamente não os encontraremos nas tripulações das aeronaves, nos estabelecimentos creditícios, nas cátedras, nas bolsas de valores.

Para que o quadro de desigualdades possa ser modificado, impõe-se a adoção de ações afirmativas, medidas especiais e temporárias assumidas ou determinadas pelo Estado com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a isonomia de oportunidades e tratamento aos discriminados e marginalizados em decorrência de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros.

Nada vem por acaso. As conquistas têm como determinante a decisão inabalável da comunidade negra de fazer história. Foi fazendo história que os movimentos negros conseguiram aprovar, após muita demanda junto ao Congresso Nacional, o inciso XLII do artigo 5º e o artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição; as

leis 7.668/88 (cria a Fundação Palmares) e 7.716/89 (Lei Caó, que criminaliza a prática do racismo).

O presidente Fernando Henrique Cardoso tem titulado ocupantes de áreas de terras remanescentes de quilombos, nos termos constitucionais, para preservar as condições dos locus. A tradição da propriedade é outorgada a uma entidade civil representativa dos quilombolas. Ainda no âmbito governamental, destaca-se a publicação denominada *Construindo a Democracia Racial* (Coleção Documentos da Presidência da República).

A comunidade negra faz história, constituindo as bases para o seu verdadeiro reconhecimento, lutando por tratamento igualitário, indicando caminhos para a superação do racismo. E, assim, contribui para a democracia brasileira. A caminhada continua e a inclusão da temática negra no programa de governo de Fernando Henrique Cardoso é indicativo da sensibilidade com a questão e sela compromissos.

■ Carlos Alves Moura é secretário executivo do Grupo Interministerial para a valorização da população negra

12/10/98
 85
 CB
 17